



A mulher que alimenta: representações e sociabilidade no universo cultural das Minas setecentistas *

Patrícia Aparecida Vitor¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o estudo da história da mulher africana e suas descendentes em Minas Gerais no século XVIII, por meio da análise dos hábitos alimentares, identificando suas diversas formas de representação e sociabilidade no universo cultural alimentar da América Portuguesa. O objetivo, além de conhecer e compreender o cotidiano da cultura alimentar dessas mulheres é também buscar afirmar uma identidade em que elas possam ser vistas enquanto preservadoras das suas tradições de origem, ressaltando desta forma, seus aspectos étnico-culturais. Para tal, propõe-se estudá-las por um dos meios pelo qual elas mais atuaram em Minas Gerais, o da alimentação. Estabeleceram-se enquanto verdadeiras protagonistas em meio a uma sociedade patriarcalista atuando tanto no comércio fixo quanto no ambulante. Trilhar os caminhos desse universo é mergulhar num contexto híbrido e encontrá-las como agentes sociais que quebraram paradigmas e reinventaram valores e costumes na cultura afro-brasileira.

Palavras Chave: Mulher, alimentação, cultura, África, colônia, comércio

* Este trabalho é parte da Monografia de Graduação realizada em Dez./2009 no Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH, em cumprimento às exigências do curso de Bacharelado e Licenciatura em História.

¹ Graduada do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH; vitoriapp@yahoo.com.br

A alimentação se constitui em uma fonte de estudos riquíssima para se conhecer o cotidiano de uma sociedade². É um campo vasto imbuído de um sistema carregado de códigos e valores próprios que conduzem a diversas formas de representações. Mostram, mais que a matéria, identidades sociais e culturais. Certamente tem muito a dizer sobre as mulheres africanas e o mundo que as cercava.

Roger Chartier³ aponta para a idéia da representação enquanto uma substituição. Ela ocorre como apresentação pública de algo ou alguém, instrumentalizando um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e o de figurar tal como ele é. Sob essa perspectiva, a alimentação pode ser vista como algo que se transforma numa representação identitária de um determinado grupo em tempos e espaços distintos. Na América Portuguesa, a cultura alimentar difundida pelas africanas e suas descendentes mostra, sobretudo um universo de significados que remetem às suas tradições de origem, suprimindo uma ausência, vinculada à memória de um sentimento de identidade cultural.

Logo, a alimentação como um vasto sistema que abrange hábitos, ritos e costumes, expressa, sem dúvida, a identidade de um grupo e as diversas formas de relações dentro de uma sociedade. Norbert Elias⁴ pontua que as representações se dão pela capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. A conduta de um indivíduo forma a estrutura social de um grupo. Essa conduta é apreendida como *hábitus* social, que ao se repetirem num processo de longa duração, estabelecem padrões de comportamento, bem como normas ideológicas.

² Dentre alguns estudiosos do tema, pode-se citar MONTANARI, Máximo. FLANDRIN, Jean-Louis. *História da alimentação*. São Paulo: Estação liberdade, 1998; POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006; CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Camus, 2003; MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. E Henrique. "A história da alimentação: Balizas historiográficas". In: Anais dos Museus Paulistas - História e cultura material. São Paulo: USP Vol. 5, Jan./Dez, 1997; CASCUDO, Luis da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Ed. Global, 2004; _____. *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1977; FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio da comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de estudos mineiros. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. DA MATA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986; CHRISTO, Maria Stella Libânio. *Fogão de Lenha: quitandas e quitutes de Minas Gerais*. São Paulo: Circulo do Livro, 1990. NAVA, Pedro. *Bau de Ossos – Memórias*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984; SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade na vida diária de gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

³ CHARTIER, Roger. *A História cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 20.

⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Outro conceito que norteia essa investigação é o da mestiçagem cultural. Serge Gruzinski⁵ ressalta que o termo “mestiçagem” serve para designar as misturas no modo de vida ocorridas no século XVI entre os seres que vieram de quatro continentes: América, Europa, África e Ásia. Os africanos que aqui chegaram vieram com suas bagagens culturais, especialmente as mulheres no que diz respeito à alimentação. Transmitiram seus legados e foram protagonistas da criação de uma nova cultura alimentar na América Portuguesa, uma cultura Afro-brasileira.

A percepção da identidade da mulher africana e suas descendentes no Brasil passa pela própria trajetória que a historiografia das mulheres percorreu a fim de alçar à condição de objeto e sujeito da história. A categoria de análise *Gênero*⁶ trouxe inovações no campo da História das mulheres a partir da década de 1980 e proporcionou um novo olhar sobre elas, sobretudo aquelas que viviam às margens da história como as africanas e suas descendentes. Estas, ao serem colocadas em cena, se apresentam como agentes de construção sócio-cultural no cotidiano da América Portuguesa, se firmando enquanto guardiãs de suas tradições em meio a um mundo de valores e códigos próprios, impondo um processo de rupturas e permanências em suas práticas na vida de libertas e, na sociedade como um todo.

A imagem da mulher africana e suas descendentes na historiografia clássica⁷ está diretamente atrelada à identidade de uma mulher relegada à sombra da mulher branca de elite e à submissão sexual e à dominação masculina. Alguns autores constroem uma imagem feminina enfatizando basicamente o lado sexual e evidenciando a prática da prostituição, do concubinato e de seu papel enquanto reprodutora biológica: “(...) as pretas e mulatas de parte continuavam, a despeito das tentativas administrativas de por fim a concubinação, a obter altos preços no mercado do amor e despejavam mulatos sem

⁵ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶ SOIHET, Raquel, PEDRO, Joana Maria. Artigo: *A emergência da pesquisa histórica das mulheres e das relações de Gênero*. Revista brasileira de História, nº. 54, 2008. pp. 288 e 289. Dentre outros estudiosos sobre o tema vale lembrar alguns nomes da historiografia internacional como Michelle Perrot, Natalie Zemon Davis, Françoise Thébaud, Joan Scott e Georges Duby e, para citar a historiografia nacional, destacam-se os trabalhos de Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Mary Del Priore, Leila Mezan Algranti, Maria Lucia de Barros Mott, Luciano Figueiredo.

⁷ Entre outras obras importantes podem ser citadas: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família patriarcal brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Record, 1990. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e pedras preciosas*. (Dir.) In.: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1973.

cessar”.⁸ Essa imagem também é reforçada por Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-grande & senzala*:

(...) a predileção popular dos portugueses pela mulher morena, no que se refere ao amor físico, baseada na imaginária figura da “moura-encantada, tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos, envolta em misticismo sexual”. Primeiramente aplicada às índias, essa imagem, em seguida é transferida à mulata que passa a ser “celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, “quindins e embelegos, em detrimento das “virgens pálidas” e das “louras donzelas”. Daí o ditado brasileiro reproduzido pelo autor: “Branca é para casar, mulata para F..., negra para trabalhar”⁹.

Contrapondo a essa concepção, a historiografia desde os anos 1980¹⁰, vem apresentando estudos em que a mulher africana e suas descendentes são alçadas à condição de sujeito da história. Alguns trabalhos mostraram-nas não mais como vítimas do sistema vigente da época, mas como participantes em movimentos de resistência, como integrantes de quilombos ou ligadas a ele nos espaços urbanos por meio de crimes que lesavam o Erário Régio¹¹.

⁸ LIMA JR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. p. 124.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990. pp. 9 e 10.

¹⁰ Dentre alguns estudos pode-se citar: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas gerais no século XVIII*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999; PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Fapesp, 1997; DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995; REIS, Liana Maria. *Mulheres de Ouro: as negras de tabuleiro nas minas Gerais do século XVIII*. Revista do departamento de história. CNPq/Departamento de história, Belo Horizonte, nº 8, 1989; ALGRANTI, Leila Mezan. *Os ofícios urbanos e escravo ao ganho no Rio de Janeiro colonial, 1808-1822*. In: SZARECSANJ, Tomás. (Org.) *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 195-214.; FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás, pretas, damas mercadores: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei (1700-1850)*. Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso Titular UFF); MOL, Claudia C. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002; PANTOJA, Selma. *Donas de “arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX)*. In: _____. (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001; _____. *A dimensão atlântica das quitandeiras*. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 45-68; WOORTMANN, Klaas e WOORTAMANN, Ellen. *Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. Brasília: UnB, 2004. (Série Antropologia).

¹¹ Alguns estudos que abordam a mulher escrava envolvida em movimentos de resistência ao sistema escravista em Minas Gerais: COELHO, J. J. T. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, In: Revista do Arquivo Público Mineiro (Ano VII). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903; BOXER, C. R. *A Idade do Ouro do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1963; BARBOSA, W. de A. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s ed., 1972; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

Desta forma, foi possível uma leitura em que os “escravos” não mais foram vistos como uma “coisificação” do sistema vigente¹², mas como grandes articuladores no contexto em que viviam em prol da conquista de suas alforrias e usufruto de benefícios em suas vidas de libertos. Diversas formas de estratégias de mobilidade social foram vivenciadas por eles na tentativa de afirmarem suas raízes identitárias. Em relação aos negros e mestiços, um dos meios mais usados foi o universo militar¹³. Segundo Eduardo França Paiva¹⁴ por meio de testamentos, é possível verificar como as mulheres usaram de estratégias nas relações ilícitas de concubinato para conseguirem suas próprias alforrias e a de seus filhos ilegítimos, bem como benefícios materiais.

O autor mostra um número expressivo de concessões de alforrias alcançadas pelas escravas e estendida aos seus filhos. Como no caso da escrava Francisca Mina e “sua” filha que foram alforriadas pelo português Manoel Aleixo, morador em Santa Luzia, em 1762: “Declaro que minha escrava Francisca Mina e sua filha Vicência crioula quero e é minha vontade que fiquem forras”¹⁵. Também ocorria além das alforrias, a doação do legado material para a sobrevivência dos libertos. No testamento de Antônio Gonçalves Lima Ribeiro, é declarado os bens materiais deixados, além das alforrias a Lauriana Angola e seus três filhos, onde diz:

[...] à dita mãe pelos serviços que dela tenho recebido, a deixo somente obrigada a servir os ditos filhos enquanto for viva e peço os meus testamenteiros que a favoreçam (...) e lhe deixo mais de escola o sítio em que eu achar ou possuir no tempo de meu falecimento estando pago, lhe deixo mais alguns móveis de casa, op que servir de cozinha e mesa, os quais ditos mulatinhos e a negra encarrego e do por obrigação o encomendam a minha alma a Deus todos os dias rezando o que puderem enquanto forem vivos [...]¹⁶.

¹² Dentre alguns trabalhos pode-se citar: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1820*. Petrópolis: Vozes, 1988; MATOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. (Trad.) São Paulo: Brasiliense, 1988; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990; LARA, Silvia Hunold. *Campus da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ COTTA, Francis Albert. *Milícias negras na América Portuguesa: defesa territorial e manutenção da ordem e mobilidade social*. Klepsidra, n. 27, 2007.

¹⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

¹⁵ APM/CMS –Código 24, f. 96v. Testamento de Manoel Fernandes Aleixo – Santa Luzia, 22/mai/1762.

¹⁶ MO/CPO – TEST – Código 11, f. 30v. Testamento de Antônio Gonçalves Lima – Ribeiro Manso, 12/jun/1731.

Trabalhos como o de Luciano Figueiredo¹⁷, bem como o de Rangel Neto¹⁸, apontam para uma releitura do passado dessas mulheres impondo uma interpretação em que sejam ressaltados os aspectos afetivos e a valorização da constituição da família *matrifocal*, em que a mulher é o núcleo ao invés do pai, algo muito comum nas zonas urbanas de Minas Gerais no século XVIII¹⁹. Revelam, sobretudo, um cotidiano de ações de mulheres que romperam com estruturas sociais da época. Tradição imposta em representações que emergem de um cotidiano de uma rede de relações, as quais não deixavam de se basear nas relações clientelística pautada no antigo regime.

Segundo Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha, as relações clientelares se inserem no universo mental do antigo regime, condicionando as práticas e as representações sociais, e conferindo a essas relações significados culturais:

De fato, relações que obedeciam a uma lógica clientelar, como a obrigatoriedade de conceder mercês aos “mais amigos”, eram situações sociais quotidianas e corporizavam a natureza mesma das estruturas sociais, sendo, portanto, vistas como a “norma”. A verdade é que estas atitudes foram sendo progressivamente marginalizadas (no sentido inverso ao do progresso do aparelho de “Estado”), até adquirirem epíteto de corruptas, e são actualmente conotadas como situações de anormalidade institucional²⁰.

Foram essas “anormalidades” institucionais que abriram precedentes para que mulheres africanas e suas descendentes se inserissem na sociedade e se impusessem como figuras importantes no universo cultural alimentar das Minas setecentistas.

As africanas que aqui desembarcaram trouxeram seus legados e deixaram suas influências em vários âmbitos da sociedade. Certamente um dos meios pelo qual as mulheres africanas mais atuaram foi o da alimentação. Por meio dos hábitos alimentares é possível perceber suas representações e especificidades que lhe conferem o título deste

¹⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁸ NETTO, Rangel Cerceau. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem em Minas Gerais no Rio das Velhas (1720-1780)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.

¹⁹ Sobre o assunto ver FIGUEIREDO, *Op. Cit.* 1997; PAIVA, Eduardo França. *Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino*. In: *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001; FURTADO, Junia Ferreira. *Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista*. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Junho. (Org.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XV e XIX*. São Paulo: Annablume, 2002; entre outros.

²⁰ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. “Redes Clientelares”. V. 4. p. 381. In.: Antonio Manuel HESPANHA. (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

trabalho, pois, estando inseridas em um contexto amplo de colonização, onde os valores portugueses eram predominantes, se revelam como grandes articuladoras e mediadoras nas trocas culturais. É uma articulação constante desde a escolha dos alimentos e das técnicas culinárias e que fazem surgir comidas diferenciadas ao paladar das pessoas, até nas refeições em que estão presente os ritos e os costumes carregados de significados e simbolismos que dão lugar à sociabilidade entre pessoas de diferentes níveis econômicos, sociais e étnicos. Assim, à medida que atuam e alimentam a outros como provedoras do alimento biológico e social, também se alimentam, já que nas trocas culturais dos hábitos alimentares, tornam vivas as suas tradições.

O envolvimento da mulher e a sua responsabilidade com o abastecimento de suas sociedades de origem são bastante notáveis nas mais diversas regiões da África. Elas eram responsáveis pelos alimentos desde o cultivo, a coleta, o preparo e a distribuição à mesa, bem como os ritos, os hábitos e os costumes em volta dela.

Em Minas, no século XVIII elas foram figuras importantíssimas no que diz respeito ao cotidiano do abastecimento na Capitania, tanto no comércio ambulante quanto no comércio fixo por meio das vendas de secos e molhados. Estas vendas eram um misto de bar e armazém que atendia em sua maioria, a população pobre da sociedade, como escravos, forros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, ferreiros e etc. Buscavam gêneros alimentícios, instrumentos de trabalhos e outros objetos necessários para a reprodução da vida material.

O comércio ambulante era constituído pelas negras quitadeiras ou, negras de tabuleiro que saiam pelas ruas e vielas vendendo dentre seus quitutes, frutas e doces. Esta era uma prática recorrente na África, algo que representava simbolicamente suas tradições na América Portuguesa. Em Portugal, o pequeno comércio incorporou, e o Estado protegeu numerosas mulheres com dificuldade de sobrevivência que não queriam cair no meretrício. A lei datada de 1757 em Lisboa diz:

Como exclusivamente destinadas para o exercício honesto e precisa sustentação de muitas mulheres pobres, naturais destes reinos, que se ajudavam a viver, e, com efeito, viviam desses pequenos tráficos, sem que homens alguns se atrevessem a perturbá-las²¹.

²¹ Lei de 19 de novembro de 1757, em Coleção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado (...) desde o ano de 1756 até o de 1758 (...), Lisboa, M. Rodrigues, 1761-1762, t. I, p. 257.

Na capitania de Minas Gerais, particularmente em vilas urbanas como Vila Rica, essa prática social foi assimilada por inúmeras mulheres africanas e suas descendentes. A documentação institucional sobre esse cotidiano é vasta e diversificada entre bandos, editais e outros de natureza cartorária. Revela como foi excessiva a preocupação por parte das autoridades em relação ao comércio de gênero comestível. Enfatizadamente no que diz respeito àqueles próximos às lavras e às minas, devido à desordem social e ao contrabando de ouro e diamantes “(...) há também nas Minas um grande número de negras que costumam vender pelas ruas vários gêneros comestíveis”²². As vendas de secos e molhados também eram constantemente vigiadas pela Coroa, pois, serviam de ponto de distração para a camada mais pobre da sociedade, onde, nas manifestações coletivas, no interior delas, causava muita desordem. Ora se vivenciava o lazer, ora a violência. Devido à “água da terra”²³ envolviam-se em brigas que lhes infringiam ferimentos e até mortes, meretrício, onde alguns escravos organizavam fugas e comercializavam ouro e diamantes roubados, além dos escravos refugiados de quilombos que freqüentavam os estabelecimentos em busca de alimentos, pólvora e armamento de resistência.

Entretanto, Luciano Figueiredo chama atenção para o fato de que muito além de uma busca por manter a ordem vigente, as intenções das autoridades era também a de receber seus lucrativos impostos:

Em raros momentos as vendas escaparam das obrigações tributárias com Portugal. Entre 1713 e 1725, contribuía cada venda, com 18 oitavas de ouro para o pagamento da finta, cota fixa equivalente ao quinto, que os setores produtivos deveriam remeter anualmente a Metrópole. Logo após, serão as principais responsáveis pelo dote que deveria servir ao casamento da infanta portuguesa com o rei da Grã-Bretanha. Para tanto, as vendas sofrem uma taxaço de oito oitavas de ouro que perdurou seis anos (1727-33). Em 1735, com a instituição da capitação e censo de indústrias, quase estendem até 1750, irão novamente as vendas complementar o quinto aurífero à Coroa. Com o terremoto de Lisboa em 1755, as Câmaras Municipais de Minas Gerais oferecem o subsídio voluntário

²² Códice Costa Matoso, fl. 217.

²³ Os produtos comestíveis eram classificados nos registros de almotaçaria como: produtos da terra, aqueles que eram cultivados no Brasil e os produtos do reino, aqueles importados de Portugal e outras partes do mundo. Ângelo Carrara, em seus estudos sobre a agricultura em Minas, na Vila do Carmo, entre os anos 1716-1724, lista-os em três divisões: os do reino, os coloniais e os regionais/locais. Ver CARRARA, Ângelo. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese. (Doutorado em História). Instituto de filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 87.

(ou Real Subsídio) para reconstrução da sede do Estado Metropolitano. A base deste imposto, que duraria inicialmente dez anos, mas estendeu-se a vinte, eram os estabelecimentos comerciais que, assim até 1778, contribuíram na transferência colonial para a metrópole²⁴.

A efetiva participação de mulheres como proprietárias de vendas de secos e molhados é atestada por diversos autores. Para Junia Furtado “essa efetivação se deu devido ao fato de que elas eram predominantes no pequeno comércio de tabuleiro e nas vendas junto dos serviços minerais”²⁵. Na região do Serro Frio, no ano de 1736, sessenta vendas eram propriedades de mulheres, em sua maioria, pretas forras, ou dirigidas por escravas. Representando 80% do total de vendas da Comarca²⁶. Fato também atestado em estudos de Luciano Figueiredo, afirmando uma predominância feminina em detrimento da masculina em relação ao comércio de secos e molhados em diversas vilas da capitania, diz:

Vila Rica e suas freguesias possuíam em 1716, 190 vendas, sendo que apenas dez (6%) eram controladas por mulheres. Para o ano de 1746, marcando um momento intermediário, dos 370 estabelecimentos existentes, 232 eram de domínio masculino e 138 ficavam com as mulheres. Em 1773, entretanto, com 697 vendas estabelecidas, 482 (70%) encontrava-se em mãos de mulheres e 209 (30%) sob controle de homens. A tendência de inversão manifesta-se também em Vila do Carmo e freguesias. (...) das 376 vendas existentes que tiraram licenças junto ao senado da Câmara em 1725, apenas 26 (7%) eram administradas por mulheres, enquanto 350 (93%) estavam sob controle masculino. No final do século, as mulheres passam a deter 254 (61%) desses estabelecimentos, restando aos homens 163 (39%) do total de 417 vendas²⁷.

Os registros de almotaçaria²⁸ analisados entre o período de 1796-1797, corroboram com os estudos de Junia Furtado e Luciano Figueiredo. Mostram que em Vila

²⁴ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edund, 1993. pp. 44 e 45.

²⁵ FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio das Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 237.

²⁶ FURTADO, Junia. Op. Cit. 1999. p. 237.

²⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Op. Cit. 1999. p. 56.

²⁸ Pode ser entendida do ponto de vista das instituições, pertencentes ao antigo regime de administração ibérica de Portugal. Prática de fiscalização para o bom andamento da interiorização da metrópole. Era realizada pelos almotacés, fiscais da Câmara cujo instrumento legal para a administração da vila eram as posturas da Câmara. Fiscalizavam constantemente o comércio de comestíveis, averiguavam licenças de estabelecimentos, aferiam pesos e medidas e tabelamento de impostos. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria na cidade de Portugal e suas colônias*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42.

Rica, nos fins do século XVIII, a presença feminina no comércio de secos e molhados era em torno de 70% em relação aos homens com 30% de propriedades²⁹.

Um levantamento dos utensílios concernentes às suas atividades mercantis em alguns testamentos e inventários pós-mortem, mostra o tato que essas mulheres tinham para o comércio. A forra Rita Maria, moradora de Vila Rica, consta em seu testamento:

(sic) Uma balança grande com seu braço de ferro e concha de latão com suas correntes de ferro; item quatro pesos de ferro, um de duas libras outro de uma libra; outro de meia libra e outro de uma quarta; item um funil de folha de flandres; item uma caixa grande de botar mantimento de madeira branca que serve e mostrador de venda; item uma quarta de medir farinha e mais mantimentos; item cinco de venda de pão umas pequenas e outras maiores (...)³⁰.

Cristina Mol identificou utensílios como Tachos, tabuleiros, formas de fazer pão-de-ló e chocolateiras de cobre nos inventários³¹. Provavelmente eram usados para fazer e depois vender doces. Esses objetos constatarem o envolvimento de africanas e suas descendentes no abastecimento da Capitania das Gerais.

Elas também se incubiam em suas atividades mercantis dos meios de transportes, como mostra o caso de Ângela Maria Pinta, que conduzia ao Tejuco trinta e seis arrobas de carne seca; assim como Thereza Gomes conduzia nove arrobas de toucinho, banhas e lombos de porco³². Esses dados demonstram dentre tantas coisas, o tipo de gênero do qual comercializavam e, sobretudo, a mobilidade que abraçavam carregadas de autonomia em suas atividades.

Sem dúvida as mulheres africanas e suas descendentes adaptaram suas tradições de origem na América Portuguesa por meio do universo cultural alimentar nas Minas setecentistas. Uma extensão dessa prática do comércio foi exatamente a influência nos alimentos e em seus preparos. À mesa da casa-grande dos engenhos ou nos acepipes servidos nos tabuleiros, reinventaram hábitos, como mostra o estudo de Mônica Chaves:

²⁹ CMOP/APM. Códice 121: 1796-1797.

³⁰ ARQUIVO DO PILAR. Inventário. Códice 129, Auto 1619, ano 1790. Apud, MOL, Cristina. 2002. p. 67.

³¹ MOL, Cristina. *Op. Cit.* 2002. p. 62.

³² IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: Trânsitos, Comércio e cores nos sertões da América Portuguesa no século XVIII*. Tese. (Doutorado em História). Universidade federal de Minas gerais. Belo Horizonte, 2009.

As palavras angu e fubá são de origem africana. Fubá era o nome dado às farinhas, no caso em questão a de milho, conhecido na África desde o século XVI. Já o fubá africano era o milheto. Angu é termo originário dos bantos. Consistia na mistura de água fervente com fubá, forma popularizada no Brasil. O angu de milho verde é invenção local, embora a técnica seja a mesma do angu africano, assim como o nome é o mesmo. Feito com água e sem sal, é típico das Minas³³.

Era comum no cotidiano da sociedade mineira ter à mesa alimentos de origem africana. Eduardo Frieiro³⁴ lembra que o típico “frango-com-quiabo” é um prato afro-brasileiro. Vários produtos foram trazidos da África para a América Portuguesa e passaram a fazer parte do cardápio diário do brasileiro, como por exemplo, o feijão. Trouxeram vários tipos, o andu – apreciado no Norte de Minas, o rouxinho, manteiga, chumbinho, preto e o mulatinho – mais apreciado do mineiro. Parte da dieta africana, o feijão aqui se misturou à farinha, ao alho e ao toucinho, originando o famoso “Tutu”.

Dentre alguns elementos oriundos da África Ocidental, o dendê, a galinha-de-angola, o inhame, a banana e a pimenta. Esta última, pontua uma curiosidade, segundo o sociólogo Luis da Câmara Cascudo³⁵ em seus estudos se surpreendeu ao tomar conhecimento de que a pimenta que ele tanto ouvira falar que os africanos trouxeram para o Brasil, nas próprias regiões das quais originaram, a pimenta comum na alimentação africana não era a deles e sim a *Capsicum sul-americanum*, denominada *malaguetas*, denominadoras do litoral da Libéria e Serra Leoa.

Algumas receitas não fugiram aos olhares de alguns viajantes que passaram pelo Brasil no início do século XIX. O francês Auguste de Saint-Hilaire, passando por Minas Gerais, em 1816, descreve: _ “É fazendo coser o fubá na água, sem acrescentar sal, que se faz uma espécie de polenta grosseira, que se chama *angu*, e constitui o principal alimento dos escravos. Corresponde ao *malete* de Angola. O mesmo angu foi elogiado por Debret na capital do Império em 1831 – O chamado *angu de quitandeira*”³⁶.

O Kobú, um cozido de fubá, de sal ou de doce, também era comum nos tabuleiros das quitandeiras em Minas Gerais. Assim como os doces eram vendidos

³³ ABDALA, Mônica Chaves. *Sabores da Tradição*. RAPM. Belo Horizonte. Ano 42, v. 2, pp. 118-129. Ver também: _____. *A cozinha na construção da imagem do mineiro*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

³⁴ FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de estudos mineiros. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

³⁵ CACUDO, Luis da Câmara. *Historia da alimentação no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2004. p. 855.

³⁶ CASCUDO, Op. Cit. 2004. pp. 257 e 258.

enrolados em folhas de bananeira. Esse foi um costume que elas trouxeram das regiões africanas e que perdura até os dias atuais em algumas regiões de Minas e em outros lugares do país.

É interessante ressaltar que a permanência dessa nova cultura alimentar, afro-brasileira atravessou o oceano e vingou em várias regiões de suas origens. É o caso dos quitutes ou “pitéus” servidos pelas vielas nos tabuleiros das negras, como afirma Câmara Cascudo:

Todos os pratos vindos da África foram reelaborados, recriados no Brasil, com os elementos locais e o azeite-de-dendê (...) Essa técnica brasileira do pitéu africano voltou para a África (...). Ainda hoje no Daomé e na Nigéria resistem quitutes regionais levados pelos ex-escravos repatriados. Conservaram a técnica e os nomes. Continuam sendo denominados de *comida de brasileiro*, moqueca de crustáceos e de peixe, feijoada, mocotó, caruru de quiabos, galinha de caçarola, lombo de porco assado, com rodelinhas de limão, etc ³⁷.

A própria forma como alguns viajantes descreveram essas mulheres vendendo nas ruas seus quitutes, ornamentadas com trajes africanos é algo notável³⁸, pois, num mundo de valores e códigos próprios, como era o universo cultural na Colônia, carregado de costumes ocidentais, em que era possível encontrar tantas forras vestidas como as brancas ³⁹, no universo cultural alimentar, elas se manifestavam de forma diferenciada, como representavam a si mesmas e, o mundo que as cercava, carregado de mobilidade social, em um trânsito cultural.

Esses são alguns exemplos de como o universo cultural alimentar nas Minas setecentistas – e no Brasil, era constituído de um emaranhado de influências africanas, postulando a africana e suas descendentes enquanto agentes de preservação de suas tradições culturais na América Portuguesa, fazendo delas percussoras da cultura alimentar afro-brasileira.

Como elas chegaram na Capitania das Minas Gerais, se impuseram em meio à sociedade da época enquanto figuras importantes no âmbito do abastecimento, na produção

³⁷ CASCUDO. *Op. Cit.* 2004. p. 863.

³⁸ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte. São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1978.

³⁹ PAIVA. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

de alimentos e comercialização dos mesmos, usando brechas e espaços para firmar práticas recorrentes de suas tradições de origem.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Mônica Chaves. *A cozinha na construção da imagem do mineiro*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

_____. *Sabores da Tradição*. RAPM. Belo Horizonte. Ano 42, V. 2, pp. 118-129.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Os ofícios urbanos e escravo ao ganho no Rio de Janeiro colonial (1808-1822)*. In: SZARECSANJ, Tomás (Org.). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 195-214.

_____. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1820*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s ed., 1972.

BOXER, R. Charles. *A Idade do Ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial (1695-1750)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2004. (1ª. Ed.: 1983)

_____. *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CARRARA, Ângelo. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

COELHO, José J. T. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro (Ano VII)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903.

COTTA, Francis Albert. *Milícias negras na América Portuguesa: defesa territorial e manutenção da ordem e mobilidade social*. Klepsidra, n. 27, 2007.

CRHISTO, Maria Stella Libânio. *Fogão de Lenha: quitandas e quitutes de Minas Gerais*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

DA MATA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. V. 1 e 2, Rio de Janeiro: Zahar, 1990-93.

_____. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Professor titular, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano de Almeida Raposo. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio das Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Entre becos e vilelas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista*. In.: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Junho. (Org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – Séculos XV e XIX*. São Paulo: Annablume, 2002.

GORENDER, Jacob: *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRUZINKSI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e pedras preciosas*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. (Dir.). 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1973.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: Trânsitos, Comércio e cores nos sertões da América Portuguesa no século XVIII*. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LARA, Silvia Hunold. *Campus da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As mitológicas*. São Paulo: Cosac&naify, 2004.

MATOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. (Trad.). São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. e Henrique. “A História da Alimentação: Balizas historiográficas”. In: Anais dos Museus Paulistas – História e cultura material. São Paulo: USP, Volume 5, Jan./Dez, 1997, pp. 10.

MOL, Claudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em vila Rica (1750-1800)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MONTANARI, Massimo. FLANDRIN, Jean-Louis. *Historia da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

NAVA, Pedro. *Baú de Ossos – Memórias*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

NETTO, Rangel Cerceau. *Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem em Minas Gerais no Rio das Velhas (1720-1780)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.

ODILA, Maria. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. *Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino*. In.: *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PANTOJA, Selma. *Donas de “arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (Séculos XVIII e XIX)*. In.: _____. (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.

_____. *As mulheres na formação do mundo Atlântico e a história de Angola dos séculos XVIII ao XIX*. Humanidades, 1999.

_____. *A dimensão atlântica das quitandeiras*. In.: FURTADO, Junia Ferreira. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. pp. 45-68.

PEDRO, Joana Maria. *Relações de Gênero na Pesquisa Histórica*. Revista Catarinense de História, nº. 2, p. 35-44, 1994.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria na cidade de Portugal e suas colônias*. Revista Brasileira de História: São Paulo, V. 21, nº 42.

POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

PRIORI, Mary Del. BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

REIS, Liana Maria. Artigo: *Mulheres de Ouro: as negras de Taboleiro das Minas do século XVIII*. Belo Horizonte: Revista Vária História, UFMG – Volume 26, 2002.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade na vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. . 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. Artigo: *A emergência da pesquisa histórica das mulheres e das relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, nº. 54, 2008.

WOORTMANN, Klaas e WOORTMANN, Ellen. *Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. Brasília: UnB, 2004. (Série Antropologia).

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. “*Redes Clientelares*”. In.: Antonio Manuel HESPANHA. *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the study of history of African women and their descendants in Minas Gerais in the eighteenth century through the analysis of dietary habits, identifying their various forms of representation and cultural universe in sociability in Portuguese America food. The goal, besides getting to know and understand the daily food culture of these women is also seeking to assert an identity that they can be seen while preserving their traditions of origin, pointing this way, ethnic and cultural aspects. To this end, proposes to study them by one means by which they acted more in Minas Gerais, the food. Established themselves as real actors in the midst of a society patriarchal acting both in trade and in fixed rounds. Follow the paths of this universe is to dip a hybrid context and find them as social agents who broke reinventing paradigms values and customs, culture Africa-Brazilian.

Keywords: Women, food, culture, Africa, the colony trade

Artigo recebido em: 19/06/2010

Artigo aprovado em: 08/07/2010